

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA

Guararema - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de janeiro de 2019.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição		47.791	44.978
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição		1	1
Aplicações financeiras - com restrição	03	315.853	473.027
Aplicações financeiras - sem restrição		218.656	199.087
Clientes	04	249.186	184.075
Estoques		557.079	556.639
Adiantamentos		45.121	46.363
Outros ativos circulantes		22.692	16.218
Total ativo circulante		1.456.379	1.520.388
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		48.340	26.827
Imobilizado	05	4.198.843	4.218.342
Intangível		17.774	17.774
Total ativo não circulante		4.264.957	4.262.943
TOTAL DO ATIVO		5.721.336	5.783.331

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		70.727	71.122
Obrigações sociais e fiscais	06	425.768	441.355
Empréstimos	07	-	18.434
Honorários médicos e autônomos a pagar		396.401	704.795
Valores a realizar		289.259	491.953
Provisão para férias e encargos		1.596.728	1.673.186
Outros passivos circulantes	14	935.047	958.137
Total passivo circulante		3.713.930	4.358.982
NÃO CIRCULANTE			
Contingências a pagar	09	1.458.997	1.655.998
Empréstimos	07	-	-
Total passivo não circulante		1.458.997	1.655.998
Patrimônio líquido/passivo a descoberto			
Patrimônio líquido/passivo a descoberto		548.409	(231.649)
Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto		548.409	(231.649)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.721.336	5.783.331

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em Reais

RECEITAS	Nota	2018	2017
Subvenções e doações			
- Subvenções municipais	8	11.645.500	11.596.000
- Contr. solidariedade - SIAFEM	8	30.054	27.881
Subvenção municipal - termo aditivo nº 1		250.000	-
Fundo municipal saúde		56.010	48.272
Recurso FNS 825986/2015		-	241.279
Emenda parlamentar conv. 60/17		-	107.218
Emenda federal 837589/2016		42.489	139.610
Contratos de gestão		3.235.000	3.005.632
Contrato de gestão aditivo 07		10.221	-
Receita SUS - internação		537.179	491.402
Receita SUS - ambulatório		1.239.300	1.198.799
Receita de convênios		260.933	213.639
Receita de particulares		95.042	80.669
Receita de promoções diversas		44.174	79.536
Receitas diversas		53	173
Receitas financeiras		17.914	41.936
Outras receitas		381.356	279.352
Total das receitas		17.845.225	17.551.398
(-) valores faturados SUS e não recebidos		(222.335)	(47.692)
Total da receita líquida		17.622.890	17.503.706
DESPESAS			
Salários e encargos		(5.314.890)	(4.922.014)
Serviços de terceiros		(8.400.389)	(8.766.122)
Medicamentos e materiais		(592.610)	(565.567)
Administrativas e gerais	15	(1.880.405)	(1.891.926)
Tributárias		(5.279)	(131.548)
Financeiras		(254.088)	(229.762)
Outras Despesas	16	(395.171)	(572.681)
Total das despesas		(16.842.832)	(17.079.620)
Superávit/ (déficit) do exercício		780.058	424.086

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido / Passivo a Descoberto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajuste Avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.369.630)</u>	<u>1.713.895</u>	<u>-</u>	<u>(655.735)</u>
Realização AAP		(427.282)	427.282	-
Transferência para fundo social	427.282	-	(427.282)	-
Superávit do exercício	-	-	424.086	424.086
Transferência para fundo social	424.086	-	(424.086)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(1.518.262)</u>	<u>1.286.613</u>	<u>-</u>	<u>(231.649)</u>
Realização AAP	-	(780.058)	780.058	-
Transferência para fundo social	780.058	-	(780.058)	-
Superávit do exercício	-	-	780.058	780.058
Transferência para fundo social	780.058	-	(780.058)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>41.854</u>	<u>506.555</u>	<u>780.058</u>	<u>548.409</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em Reais

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	780.058	424.086
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	55.968	55.982
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado e investimento	-	-
Contingências	(197.001)	(8.602)
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	137.605	84.727
Contas a receber	(65.111)	(12.854)
Outros ativos	(27.185)	(449.293)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(395)	47.118
Obrigações sociais e fiscais	(15.587)	(46.818)
Provisão de férias	(76.458)	216.053
Outros passivos	(549.998)	58.333
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	41.896	368.732
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado e intangível	(36.469)	(64.349)
Aquisições de Investimento	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(36.469)	(64.349)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.614)	(261.578)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(2.614)	(261.578)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	2.813	42.085
Caixa e equivalentes no início do período	44.979	2.174
Caixa e equivalentes no fim do período	47.792	44.979
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	2.813	42.805

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial e médico-hospitalar, com duração por prazo indeterminado e tem por finalidade primordial o atendimento, assistência médica, hospitalar e maternidade, a pessoas que dela necessitem, podendo ser gratuita ou não.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei 12.101/09 e alterações e decreto nº 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Poupança	-	168.424
Certificado de Depósito Bancário	315.853	304.603
Total	315.853	473.027

Os valores aplicados as CDB são vinculadas ao contrato de gestão e empréstimos da Caixa Econômica Federal.

4. CLIENTES

	2018	2017
SUS – Internação	38.287	38.413
SUS – Ambulatório	100.724	97.607
Demais Convênios	110.175	48.055
Total	249.186	184.075

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>			<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Custo</u>	%				
Terrenos	%	82.000	-	-	82.000
Edificações	4%	3.133.197	-	-	3.133.197
Máquinas e equipamentos	10%	366.006	-	-	366.006
Computadores e periféricos	20%	100.289	32.736	-	133.025
Móveis e utensílios	10%	812.613	3.733	-	816.346
Total		4.494.105	36.469	-	4.530.574
<u>Depreciação Acumulada</u>					
Máquinas e equipamentos		(35.337)	(7.595)	-	(42.932)
Móveis e utensílios		(3.667)	(1.285)	-	(4.952)
Edificações		(208.742)	(41.748)	-	(250.490)
Computadores e periféricos		(28.017)	(5.340)	-	(33.357)
Total		(275.763)	(55.968)	-	(331.731)
Total		4.218.342	(19.499)	-	4.198.843

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2018	2017
Salários a Pagar	310.833	290.249
FGTS a Recolher	48.804	46.075
INSS Recolher	35.527	35.946
PIS a Recolher	5.803	5.426
RET.PIS/COFINS/CSLL a Recolher	1.101	21.380
Outros	23.700	42.279
Total	425.768	441.355

7. EMPRÉSTIMOS

	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>2018 Total</u>	<u>2017 Total</u>
CEF	-	-	-	435.566
Bradesco	-	-	-	-
(-)Encargos a Incorrer	-	-	-	(435.566)
Outros	-	-	-	18.434
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.434</u>

8. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E DOAÇÕES

A entidade recebeu subvenções e doações de órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e de particulares durante os exercícios de 2018 e de 2017, respectivamente, da seguinte forma:

	2018	2017
Subvenções Municipais	11.645.500	11.596.000
Contr. Solidariedade – SIAFEM	<u>30.054</u>	<u>27.881</u>
Total	<u>11.675.554</u>	<u>11.623.881</u>

9. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento que envolve responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa. Em 31 de dezembro de 2018 as provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas prováveis no montante de R\$ 1.458.997. (Em 2017 – R\$ 1.655.998).

10. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA N ° 834 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Em atendimento a legislação vigente Lei n. ° 12.101/09 e alterações e decreto n. ° 8.242/14 e portaria retro mencionada a Entidade durante os exercícios de 2018 e de 2017 apurou percentuais de atendimento SUS de 96,00% e de 96,45% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 97,70% e de 97,30% de pacientes SUS no total de atendimentos Ambulatoriais realizados pelo Hospital.

<u>Competência</u>	<u>SUS</u>	<u>Não SUS</u>	<u>% SUS</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Internação</u>
Janeiro	93	3	96,88%
Fevereiro	78	5	93,98%
Março	110	6	94,83%
Abril	86	2	97,73%
Maio	103	4	96,26%
Junho	108	4	96,43%
Julho	101	3	97,12%
Agosto	108	3	97,30%
Setembro	109	7	93,97%
Outubro	98	4	96,08%
Novembro	90	4	95,75%
Dezembro	91	4	95,79%
Total Geral	1.175	49	96,00%

Ambulatório 2018

<u>Competência</u>	<u>SUS</u>	<u>Não SUS</u>	<u>% SUS</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Ambulatório</u>
Janeiro	12056	324	97,38%
Fevereiro	11729	253	97,89%
Março	11108	292	97,44%
Abril	14011	370	97,43%
Maio	14808	375	97,53%
Junho	14598	322	97,84%
Julho	13250	285	97,89%
Agosto	14054	289	97,99%
Setembro	13727	329	97,66%
Outubro	15033	351	97,72%
Novembro	14769	329	97,82%
Dezembro	12985	294	97,79%
Total Geral	162.128	3.813	97,70%

<u>Competência</u>	<u>SUS</u>	<u>Não SUS</u>	<u>% SUS</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Internação</u>
Janeiro	92	2	97,87%
Fevereiro	86	2	97,72%
Março	113	10	91,86%
Abril	71	5	93,42%
Maio	94	5	94,94%
Junho	103	2	98,09%
Julho	91	3	96,80%
Agosto	102	6	94,44%
Setembro	107	1	99,07%
Outubro	82	2	97,61%
Novembro	81	1	98,78%
Dezembro	92	2	97,87%
Total Geral	1.114	41	96,45%

Ambulatório 2017

<u>Competência</u>	<u>SUS</u>	<u>Não SUS</u>	<u>% SUS</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Ambulatório</u>
Janeiro	10.610	330	96,98%
Fevereiro	10.372	307	97,12%
Março	13.892	413	97,11%
Abril	12.450	359	97,19%
Maio	13.639	381	97,28%
Junho	12.736	346	97,35%
Julho	12.378	360	97,17%
Agosto	13.762	352	97,50%
Setembro	12.889	379	97,14%
Outubro	13.177	342	97,47%
Novembro	12.864	305	97,68%
Dezembro	12.201	303	97,57%
Total Geral	150.970	4.177	97,30%

11. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 à Entidade apurou e contabilizou em contas de “receitas e despesas”, um custo de R\$ 2.685 e de R\$ 2.041, respectivamente decorrentes de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

12. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

13. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$1.485.803 e de R\$ 1.405.083, respectivamente.

14. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

O valor é composto principalmente:

	2018	2017
Serviços Médicos	-	20.445
Fornecedores	-	18.520
Contas a Pagar (1)	915.058	919.172
Outros	19.989	-
Total	<u>935.047</u>	<u>958.137</u>

(1) O Contas a pagar é referente a fornecedores e serviços tomados e ainda não quitados.

15. ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2018	2017
Medicamentos	592.610	565.567
Outras Despesas	<u>1.287.795</u>	<u>1.326.359</u>
Total	<u>1.880.405</u>	<u>1.891.926</u>

16. OUTRAS DESPESAS

	2018	2017
Provisões Diversas	395.171	572.681
Total	395.171	572.681

17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém seguros contratados para as ambulâncias e prédios.

19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Durante os últimos Exercícios devido a forte demanda de exigências legais e normatizações do setor, e, parcerias firmadas com a Secretaria da Saúde Municipal no intuito de complementar a oferta de serviços de saúde a população local, vem sofrendo de escassez de recursos financeiros, no entanto a Administração está trabalhando de forma a gerar superávit contábil.

Durante o exercício de 2018 a Administração conseguiu reverter o passivo a descoberto, quitou o remanescente de empréstimos e diminuiu as provisões para contingências, a fim de manter o equilíbrio financeiro.